

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO HOLDING S.A.

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,
O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding S.A. está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.

RESULTADOS

O prejuízo da Suzano Holding S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$2.111.606 mil, em comparação ao lucro de R\$3.949.227 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o prejuízo do exercício, e para o lucro do exercício anterior, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A.

(em milhares de reais)	31/12/2024	31/12/2023
Equivalência patrimonial	(2.037.585)	3.992.769
Despesas operacionais, líquidas	(6.348)	(8.769)
Resultado financeiro líquido	(64.514)	(33.406)
Imposto de renda e contribuição social	(3.159)	(1.367)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.111.606)	3.949.227

(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Abertura da equivalência patrimonial por controlada	(2.039.673)	3.989.475
Suzano S.A.	2.088	3.294
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	(2.037.585)	3.992.769

Auditoria e controles internos

Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração.
Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2024, que não seja de auditoria externa.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.067.796	8.392.148	43.056	36.734	Fornecedores	17	6.033.285	5.572.219		
Aplicações financeiras	6	12.971.547	12.823.886			Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	10.501.387	4.758.247		
Contas a receber de clientes	7	9.132.860	6.849.190			Contas a pagar de arrendamentos	19	873.175	754.212	947	813
Estoques	8	7.962.324	5.947.243			Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.760.273	578.763		
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	11			630.367	364.302	Tributos a recolher		532.049	483.914	168.243	40.203
Tributos a recuperar	9	1.223.271	896.081	113.635	7.511	Salários e encargos sociais		1.237.411	771.102	4.344	4.109
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.006.427	2.676.526			Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	21.166	93.405		
Adiantamentos a fornecedores	10	92.133	113.743			Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.129.278	1.275.597	558.728	322.578
Outros ativos		889.814	925.570	471	207	Adiantamentos de clientes		145.200	172.437		
Total do ativo circulante		42.346.172	38.624.387	787.529	408.754	Outros passivos		347.281	340.246	497	258
Não Circulante						Total do passivo circulante		24.580.505	14.800.142	732.759	367.961
Partes relacionadas	11	13	35		35	Não Circulante					
Aplicações Financeiras	6	391.964	443.400			Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	90.934.144	72.414.445		
Tributos a recuperar	9	1.179.125	1.373.647			Contas a pagar de arrendamentos	19	6.103.889	5.494.356	3.202	3.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	7.985.402	546.701	1.373	1.475	Instrumentos financeiros derivativos	4.5	7.694.547	1.857.309		
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.880.673	1.753.928			Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	99.324	93.782		
Adiantamentos a fornecedores	10	2.503.537	2.242.229			Provisão para passivos judiciais	20	2.926.750	2.860.436		27
Contas a receber de clientes			2			Passivos atuariais	21	721.560	833.683		
Depósitos judiciais		488.020	361.738	27	45	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	12.596	11.377		
Outros ativos		156.880	182.463			Pagamento baseado em ações e outros	22	362.839	269.973	865	1.484
Ativos biológicos	13	22.283.001	18.278.582			Adiantamentos de clientes		74.715	74.715		
Investimentos	14	1.818.610	607.997	9.584.392	12.751.833	Outros passivos		116.295	83.093		
Imobilizado	15	64.986.556	59.289.636	511	561	Total do passivo não circulante		109.046.659	83.993.169	4.067	5.484
Direito de uso	19.1	5.184.467	5.201.193	3.776	4.562	Total do Passivo		133.627.164	98.793.311	736.826	373.445
Intangível	16	13.902.303	14.749.085			Patrimônio Líquido	24				
Total do ativo não circulante		123.760.551	105.030.636	9.590.079	12.758.511	Capital social		5.775.670	4.775.670	5.775.670	4.775.670
Total do Ativo		166.106.723	143.655.023	10.377.608	13.167.265	Reservas de capital		23.525	23.525	23.525	23.525
						Reservas de lucros		3.720.278	7.462.497	3.720.278	7.462.497
						Ajustes de avaliação patrimonial		121.309	532.128	121.309	532.128
						Participações de acionistas não controladores		22.838.777	32.067.892		
						Total do patrimônio líquido		32.479.559	44.861.712	9.640.782	12.793.820
						Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		166.106.723	143.655.023	10.377.608	13.167.265

As notas explicativas da administração são parte integrante

das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	27	47.405.389	39.760.439		
Custo dos produtos vendidos	29	(27.402.515)	(25.078.509)		
Lucro Bruto		20.002.874	14.681.930		
Recargas (Despesas) Operacionais					
Vendas	29	(2.938.547)	(2.596.377)		
Gerais e administrativas	29	(2.627.134)	(1.930.085)	(6.348)	(8.902)
Resultado da equivalência patrimonial	14	(13.924)	(19.403)	(2.037.585)	3.992.769
Outras receitas operacionais, líquidas	29	1.262.955	2.076.506		133
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		15.686.224	12.212.571	(2.043.933)	3.984.000
Resultado Financeiro	26				
Despesas		(5.611.077)	(4.699.218)	(69.173)	(40.055)
Receitas		1.767.507	1.833.725	4.659	6.649
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		(9.112.683)	5.526.714		
Variáveis monetárias e cambiais, líquidas		(15.884.993)	3.087.727		
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(13.155.022)	17.961.519	(2.108.447)	3.950.594
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	12	(1.369.078)	(397.732)	(3.057)	(1.556)
Diferido	12	7.431.845	(3.495.239)	(102)	189
Resultado Líquido do Exercício		(7.092.255)	14.068.548	(2.111.606)	3.949.227
Atribuível aos acionistas					
Não controladores		(4.980.649)	10.119.321		
Controladores		(2.111.606)	3.949.227	(2.111.606)	3.949.227
Resultado do exercício					
Básico ON	25.1	(3,46702)	6,48418	(3,46702)	6,48418
Básico PNA	25.1	(3,81372)	7,13260	(3,81372)	7,13260
Básico PNB	25.1	(3,81372)	7,13260	(3,81372)	7,13260
Diluído ON	25.2	(3,46702)	6,48418	(3,46702)	6,48418
Diluído PNA	25.2	(3,81372)	7,13260	(3,81372)	7,13260
Diluído PNB	25.2	(3,81372)	7,13260	(3,81372)	7,13260

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

Resultado líquido do exercício	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		(7.092.255)	14.068.548	(2.111.606)	3.949.227
Outros resultados abrangentes				(81.217)	(24.404)
Resultado abrangente de controlada					
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (1)		(362.544)	(1.311)		
IR/CSLL sobre o valor justo do investimento		(1.434)	446		
Gainho (perda) atuarial de benefícios pós-emprego das controladas indiretas		5.430	(480)		
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial		(1.846)	163		
Gainho (perda) atuarial de benefícios pós-emprego da controlada direta		132.344	(128.047)		
IR/CSLL sobre (ganho) perda atuarial		(44.997)	43.536		
Itens sem efeitos subsequentes no resultado		(273.047)	(85.693)	(81.217)	(24.404)
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas indiretas no exterior		163.185	4.707	48.539	1.475
Realização da variação cambial de investimentos no exterior			471		
Itens com efeitos subsequentes no resultado		163.185	5.178	48.539	1.475
Total do resultado abrangente		(7.202.117)	13.988.033	(2.144.284)	3.926.298
Atribuível aos acionistas					
Não controladores		(5.057.833)	10.061.735		
Controladores		(2.144.284)	3.926.298		

(1) Inclui valor justo da mensuração da Lenzing Aktiengesellschaft (nota 1.2.5).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

Reservas de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total Patrimônio Líquido	Acionistas Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado			
	Capital social	Outras	Legal	Lucros a Realizar						Incentivos fiscais reflexa	Aumento de capital estatutária especial	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.975.670	102.045	385.997	820.865	240.263	4.717.623	524.179	588.903	9.355.545	23.884.359	33.239.904	
Resultado abrangente total									3.949.227	3.949.227	10.119.321	14.068.548
Lucro do exercício									(22.929)	(22.929)	(57.586)	(80.515)
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada											(78.520)	(802.402)
Transações de capital com os sócios											5.959	5.959
Perda apurada na recompra de ações pela controlada											(9.336)	(9.336)
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada											(379.503)	(379.503)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio											(30.000)	(30.000)
Juros sobre capital próprio											(94)	(94)
Distribuição de dividendos antecipada												
Dividendos Complementares de controlada												
Mutações internas do patrimônio líquido												
Aumento de capital com reservas	2.800.000		(100.000)			(2.500.000)	(200.000)		(3.573.570)			
Constituição de reservas (nota 24.2)			197.461	519.959	33.916	2.540.009	282.225		33.846			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada								(33.846)				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.775.670	23.525	483.458	1.340.824	274.179	4.757.632	606.404	532.128	12.793.820	32.067.892	44.861.712	
Resultado abrangente total									(2.111.606)	(2.111.606)	(4.980.649)	

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades Operacionais				
Resultado líquido do exercício	(7.092.255)	14.068.548	(2.111.606)	3.949.227
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização	8.875.002	6.999.920	70	80
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	350.032	322.180	968	909
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	451.634	442.060	486	464
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados e biológicos, líquidos (nota 29)	163.033	331.285		
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14)	13.924	19.403	2.037.585	(3.992.769)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 26)	15.884.993	(3.087.727)		
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 26)	5.412.703	4.796.992	(1.004)	(102)
Custos de empréstimos capitalizados (nota 26)	(959.968)	(1.160.364)		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(1.254.424)	(1.352.522)		
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 26)	80.099	67.353		
Ganho com derivativos, líquidos (nota 26)	9.112.683	(5.526.714)		
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(1.431.530)	(1.989.831)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	(7.431.845)	3.495.239	102	(189)
Juros sobre passivo atuarial (nota 21.2)	75.850	69.231		
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	138.291	139.961	(27)	27
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	2.585	35.202		
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	77.353	31.419		
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	130.727	348.628		
Outras	73.056	71.968	4.903	5.157
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	(808.048)	2.162.452		
Estoques	(863.353)	(48.040)		
Tributos a recuperar	(187.877)	(665.832)	(92.480)	821
Outros ativos	(18.369)	328.882	(212)	65
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	2.164.832	463.003		
Tributos a recolher	424.043	369.552	128.040	39.852
Salários e encargos sociais	365.060	73.917	236	816
Outros passivos	(32.216)	(284.950)	(4.522)	(5.322)
Caixa gerado das operações	23.716.015	20.521.215	(37.461)	(964)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(5.241.389)	(4.728.998)		
Custos de empréstimos capitalizados pagos	959.968	1.160.364		
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.500.437	681.268		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(367.320)	(308.436)	(627)	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	20.567.711	17.325.413	(38.088)	(964)
Atividades de Investimentos				
Adições de imobilizado (nota 15)	(9.190.609)	(11.674.329)	(20)	(146)
Adições de intangível (nota 16)	(162.042)	(104.931)		
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(7.180.450)	(5.777.952)		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado e biológico	167.983	183.576		
Aumento de capital em controladas e coligadas	(41.281)	(48.462)		
Aplicações financeiras, líquidas	205.954	(5.296.370)		
Adiantamento para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	(294.952)	(690.908)		
Dividendos recebidos		44.789	368.447	6.917
Aquisição de ativos (nota 1.2.6 e 1.2.7)	(2.595.974)	(1.615.140)		
Aquisição de controladas	(1.440.503)	(1.060.718)		
Aquisição de outros investimentos	(1.440.503)			
Caixa líquido de aquisição de controladas (nota 1.2.6)	19.113	5.002		
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(20.512.761)	(26.035.443)	368.427	6.771
Atividades de Financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.3)	15.692.905	10.944.794		
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(550.581)	3.559.286		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.3)	(9.410.807)	(4.296.447)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.326.837)	(1.219.812)	(1.439)	(1.413)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.583.777)	(222.627)	(322.578)	(30.000)
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(58.467)	(116.924)		
Recuperação de ações	(2.806.764)	(880.914)		
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(44.328)	7.767.356	(324.017)	(31.413)
Efeito da Variação Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa	665.026	(239.125)		
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	675.648	(1.181.799)	6.322	(25.606)
No início do exercício	8.392.148	9.573.947	36.734	62.340
No final do exercício	9.067.796	8.392.148	43.056	36.734
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	675.648	(1.181.799)	6.322	(25.606)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size, bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica gerada no processo produtivo da celulose e a sua comercialização. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o *ticker* SUZB3 e *American Depositary Receipts ("ADRs")* na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange* - "NYSE") sob o *ticker* SUZ. A Suzano possui 16 unidades industriais, sendo 14 unidades no Brasil localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeira de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Mogi das Cruzes e 2 unidades em Suzano (São Paulo) e Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (Mato Grosso do Sul) e duas unidades nos Estados Unidos localizadas nas cidades de Pine Bluff (Arkansas) e Waynesville (Carolina do Norte). Adicionalmente, possui sete centros de tecnologia, sendo quatro localizados no Brasil, um no Canadá, um na China e um em Israel, 28 centros de distribuição e quatro portos, todos localizados no Brasil. A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Áustria, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2025. **1.1. Participações societárias:** A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2024	31/12/2023
Suzano S.A.	Brasil	Direta	29,66%	28,51%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Celulose (USA) Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Overseas Finance Ltd. (1)	Ilhas Cayman	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Inglaterra	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Israel	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Brasil	Indireta	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Argentina	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Canadá	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Ecuador S.A.S.	Equador	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy	Finlândia	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V.	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Holding B.V.	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Packaging LLC (3)	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Netherlands B.V.	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Suíça	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Trading Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Singapore Pte. Ltd.	Singapura	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Hungria	Indireta	100,00%	100,00%

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1 - Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços (nota 27)	49.848.185	41.924.435		
Outras receitas	430.098	483.036	6	148
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	7.490.762	10.742.118		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(2.585)	(35.202)		
	57.766.460	53.114.387	6	148
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(17.525.511)	(16.909.029)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.890.073)	(11.871.522)	(838)	(1.384)
Provisão de perdas estimadas de ativos, líquida (notas 8.1 e 9.1)	(208.080)	(380.047)		
	(27.623.664)	(29.160.598)	(838)	(1.384)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	30.142.796	23.953.789	(832)	(1.236)
4 - Depreciação, Exaustão e Amortização	(9.225.034)	(7.322.100)	(1.038)	(989)
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	20.917.762	16.631.689	(1.870)	(2.225)
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado da equivalência patrimonial (nota 14)	(13.924)	(19.403)	(2.037.585)	3.992.769
Receitas financeiras	1.814.281	1.834.034	4.877	6.963
Variações cambiais ativas	3.167.760	4.633.890		
Instrumentos financeiros derivativos	2.669.394	10.149.730		
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos (1)	7.431.845	(3.495.239)	(102)	189
Outras	1.388			
	15.070.744	13.103.012	(2.032.810)	3.999.921
	35.988.506	29.734.701	(2.034.680)	3.997.696
7 - Valor Adicionado para Distribuição				
Pessoal				
Remuneração direta	3.661.513	2.844.919	1.517	3.442
Benefícios	847.686	697.445	1.562	1.520
F.G.T.S.	178.663	155.935	562	508
Impostos, taxas e contribuições	1.808.360	951.633	72.614	42.367
Federais	1.152.157	455.121	72.409	42.170
Estaduais	588.481	438.156		
Municipais	67.722	58.356	205	197
Remuneração de capitais de terceiros	36.584.539	11.016.221	671	632
Despesas financeiras	5.542.477	4.659.655	574	493
Instrumentos financeiros derivativos	11.782.077	4.623.016		
Variações cambiais passivas	19.052.753	1.546.163		
Aluguéis e outros	207.232	187.387	97	139
Remuneração de capitais próprios	(7.092.255)	14.068.548	(2.111.606)	3.949.227
Juros sobre capital próprio e dividendos		409.503		409.503
Resultado do exercício, líquido	(2.111.606)	3.539.724	(2.111.606)	3.539.724
Participação de não controladores	(4.980.649)	10.119.321		
	35.988.506	29.734.701	(2.034.680)	3.997.696
8 - Distribuição do Valor Adicionado				

1) Considerando os efeitos no exercício, a Companhia e suas controladas adotaram, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2024	31/12/2023
Suzano Ventures LLC	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Brasil	Indireta	50,00%	50,00%
Biomass Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Brasil	Indireta	16,66%	16,66%
Ensyn Corporation (7)	Estados Unidos da América	Indireta	24,80%	25,53%
F&E Technologies LLC	Estados Unidos da América	Indireta	50,00%	50,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel Simplifyber, Inc. (6)	Brasil	Indireta	49,90%	49,90%
Spinova Plc ("Spinova")	Estados Unidos da América	Indireta	13,91%	
Woodspin Oy ("Woodspin")	Finlândia	Indireta	18,77%	18,78%
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A. (4)	Brasil	Indireta	50,00%	50,00%
Cellulofore Inc.	Canadá	Indireta	8,28%	8,28%
Lenzing Aktiengesellschaft (5)	Áustria	Indireta	15,00%	
Nfinite Nanotechnology Inc. (2)	Canadá	Indireta	5,00%	
Premesa S.A.	Brasil	Direta	98,65%	98,65%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%

(1) Em 27 de março de 2024, a entidade

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

foram refletidos na rubrica de estoques no consolidado, no balanço patrimonial.

1.2.8. Juros sobre capital próprio pago pela Suzano: Em 04 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Suzano aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP") pela Suzano, no valor bruto total de R\$2.500.000 à razão de R\$ 2,017362506 por ação, considerando o número de ações "ex-tesouraria", na presente data, a título de remuneração baseada no lucro demonstrado no balanço trimestral da Suzano datado de 30 de setembro de 2024. Os juros sobre capital próprio possuem retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação em vigor. Este imposto, no valor total de R\$306.327, foi retido e pago em dezembro de 2024. A Companhia recebeu o valor bruto de R\$741.607 com a retenção do imposto de renda no valor de R\$111.241.

1.2.9. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado no IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em janeiro de 2025 foi sancionado Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma Tributária. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

1.2.10. Juros sobre capital próprio pago pela Companhia: Em 23 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP") pela Companhia, no valor bruto total de R\$657.327 à razão de R\$0,89938042401 por ação ordinária e R\$0,98931846641 por ações preferenciais "A" e "B". Os juros sobre capital próprio possuem retenção de 15% de imposto de renda na fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação em vigor. Este imposto, no valor de R\$98.599, foi retido e compensado com crédito fiscal em janeiro de 2025.

1.2.11. Aumento de Capital Social da Companhia: Em 29 de abril de 2024, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.000.000, mediante a capitalização de parte da Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital, atribuindo a título de bonificação, 345.854.606 novas ações, sendo 150.068.292 ações ordinárias, 137.145.654 ações preferenciais classe A e 58.640.660 ações preferenciais classe B, na proporção de uma nova ação para cada ação existente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresse de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.34. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. Resumo das políticas contábeis materiais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomax, Ensyn, Simplifyfiber e Spinnova, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2024.

3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis: As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.1.1 Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa antecipada: As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem: (a) os termos e as condições dos acordos; (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; e (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i). A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais, visto que, (a) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (b) (i) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na nota 17; (ii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia e a Suzano não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores das instituições financeiras; (iii) não houve alteração nas datas de vencimentos; e (c) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores.

3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback): O item 100(a) do CPC 06 exige que um vendedor-arrendatário avalie o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo que se relaciona com o direito de uso que o vendedor-arrendatário retém. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece apenas a quantia de qualquer ganho ou perda relacionado com os direitos transferidos para o comprador-arrendador. As alterações refletirão na mensuração do passivo de arrendamento do vendedor-arrendatário a fim de restringir o reconhecimento de qualquer ganho referente ao direito de uso mantido, fazendo com que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado do exercício a diferença entre os pagamentos efetuados pelo arrendamento e os pagamentos que reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

3.1.3 Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants: As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas

(covenants). A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de covenants que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumpri-las), se a entidade teria cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

3.1.4. Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para seguimentos reportáveis (CPC 22/IFRS 8): Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e incluíram o custo do produto vendido na nota 28.

3.2 Políticas contábeis adotadas: As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.2.1 Demonstrações financeiras:

3.2.1.1 Demonstrações financeiras individuais: Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas: São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto as controladas pela Suzano, Futuragene e Suzano Packaging e as coligadas Biomax, Ensyn, Simplifyfiber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28 e não apresentam efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2024, o efeito seria ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como, políticas contábeis consistentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R\$95.254, representando 18,77% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado. A Suzano consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada.

3.2.1.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA"): A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.2 Investimentos em controladas: São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.3 Investimentos em operações em conjunto: São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

3.2.4 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto: São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convenicionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

3.2.5 Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação: A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para a controlada Suzano Packaging, cuja moeda funcional é o Dólar, e para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC e Simplifyfiber, cuja moeda funcional é o Dólar, Spinnova e Woodspin, cuja moeda funcional é o Euro. Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.5.1 Transações e saldos em moeda estrangeira: São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação.

3.2.6 Economias hiperinflacionárias: Entidades sediadas na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente. Entretanto, a controlada da Suzano sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico.

3.2.7 Combinações de negócios: São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para o adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial,

o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS-3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS-11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS-28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial. Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais-valia de ativos de controladas.

3.2.8 Informação por segmento: Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Suzano identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente (nota 28).

3.2.9 Caixa e equivalentes de caixa: Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.10 Instrumentos financeiros:

3.2.10.1 Classificação: Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.10.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado: São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e de controladas, juros sobre capital próprio e dividendos a pagar e outros passivos, classificados como passivos financeiros.

3.2.10.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente: São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Compreende o saldo classificado como outros investimentos, avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.2.10.1.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros.

3.2.10.2 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:

3.2.10.2.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecido na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.10.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente: A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente, na mensuração do valor justo, se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável. Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.11 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.12 Contas a receber de clientes: São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

3.2.13 Estoques: São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.14 Ativos não circulantes mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **3.2.15 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (“*income approach*”) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.16 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.17 Arrendamento:** Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas têm o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas têm o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas têm o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • têm o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermine como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconheceram um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exerceram a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem registrados contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.18 Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16. **3.2.19 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23):** Os

tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.20 Fornecedores e operações de risco sacado:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Suzano. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre as instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Suzano paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Suzano com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Suzano são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Suzano continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **3.2.21 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.22 Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de “provisões para passivos judiciais”. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente. Os valores de principal e multas referentes aos processos: tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido. A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidas na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial. **3.2.23 Provisão para desmobilização de ativos:** Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado. **3.2.24 Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado (despesas administrativas) pelo valor justo das ações, apurado na data da outorga, de forma linear durante o período de serviço exigido pelos planos, em contrapartida ao passivo não circulante para planos com liquidação em dinheiro, e patrimônio líquido para os planos com liquidação em ações. **3.2.25 Benefícios a empregados:** A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos a plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado. **3.2.26 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.2.27 Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. **3.2.28 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia e suas controladas. A Suzano estabeleceu que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. A Companhia estabelece o dividendo mínimo no valor de 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica de dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado na rubrica de imposto de renda. **3.2.29 Capital social:** Na Companhia e nas suas controladas, as ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

3.2.30 Reconhecimento da receita: As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (“*Incoterms*”) correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito (“*lead time*”), quando destinado ao mercado interno. Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (“*Incoterms*”) correspondente e (ii) no tempo de trânsito (“*lead time*”) e são produtos destinados aos mercados externo e interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.31 Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.32 Resultado básico por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras. **3.2.33 Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida à rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.34 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1); • transações com pagamento baseado em ações (nota 22); • transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 27); • valor justo de instrumentos financeiros (nota 4); • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16); • perdas de créditos esperadas no contas a receber (nota 7); • provisão para perdas nos estoques (nota 8); • análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12); • valor justo dos ativos biológicos (nota 13); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16); • análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16); • arrendamento (nota 19); • provisão para passivos judiciais (nota 20); e • benefícios de aposentadoria (nota 21). A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18, conforme divulgado abaixo. **3.3.1 Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025):** As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. **3.3.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas: • esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; • esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros; • adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.3.3 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027):** A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora a IFRS 18 não impacte o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração nas demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação do novo padrão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Da avaliação preliminar de alto nível realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: (i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, a Companhia espera que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas nas novas categorias impactará como o lucro operacional é calculado e relatado. Da avaliação de impacto de alto nível realizada pela Companhia, os seguintes itens podem potencialmente impactar o lucro operacional: • As diferenças cambiais atualmente agregadas no item de linha “outras receitas e outros ganhos/(perdas) - líquidos” no lucro operacional podem precisar ser desagregadas, com alguns ganhos ou perdas cambiais apresentadas abaixo do lucro operacional. • O IFRS 18 tem requisitos específicos sobre a categoria em que os ganhos ou perdas de derivativos são reconhecidos - que é a mesma categoria que as receitas e despesas afetadas pelo risco que o derivativo é usado para gerenciar. Embora a Suzano atualmente reconheça alguns ganhos ou perdas no lucro operacional e outros em custos financeiros, pode haver uma mudança em onde esses ganhos ou perdas são reconhecidos, e a Suzano está atualmente avaliando a necessidade de mudança. (ii) Os itens apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação do conceito de “resumo estruturado útil” e dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente na demonstração da posição financeira, a Suzano desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente na demonstração financeira. (iii) A Companhia não espera que haja uma mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas porque o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

significativas necessárias para: • medidas de desempenho definidas pela administração; • uma abertura da natureza das despesas para linhas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado – essa abertura é necessária apenas para despesas de certa natureza; e • para o primeiro período anual de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha na demonstração do resultado entre os valores reformulados apresentados pela aplicação do IFRS/18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. (iv) Da perspectiva de demonstração de fluxo de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento, o que é uma mudança da apresentação atual como parte dos fluxos de caixa operacionais. A Companhia e suas controladas aplicarão o novo padrão a partir de sua data efetiva obrigatória de 1º de janeiro de 2027. A aplicação retrospectiva é necessária e, portanto, as informações comparativas para o ano financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2026 serão reformuladas de acordo com o IFRS 18. **3.3.4 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027):** Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. **4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** **4.1. Gerenciamento de riscos financeiros:** **4.1.1. Visão geral:** Em decorrência de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; (ii) crédito; (iii) taxas de câmbio; (iv) taxas de juros; (v) oscilações de preços de celulose e de commodities; e (vi) capital. A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia e suas controladas. A Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam: (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Suzano contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos; (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Suzano dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Suzano visam à proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais. Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando à proteção e são pautados nos seguintes termos: (i) proteção do fluxo de caixa contra descaçamento de moedas; (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados à produção. A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração da Suzano aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa. A Suzano utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. A Suzano não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 26. **4.1.2. Classificação:** Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.067.796	8.392.148	43.056
Contas a receber de clientes	7	9.132.860	6.849.192	
Dividendos a receber	11			630.367
Outros ativos ⁽¹⁾		628.275	737.222	
		18.828.931	15.978.562	673.423
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.138.066	23.606	
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	3.887.100	4.430.454	
Aplicações financeiras	6	13.363.511	13.267.286	
		17.250.611	17.697.740	
		37.217.608	33.699.908	673.423
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	17	6.033.285	5.572.219	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	101.435.531	77.172.692	
Contas a pagar de arrendamento	19.2	6.977.064	6.248.568	4.149
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	120.490	187.187	
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.129.278	1.275.597	322.578
Outros passivos ⁽¹⁾		143.330	116.716	
		116.838.978	90.572.979	4.149
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	10.454.820	2.436.072	
		127.293.798	93.009.051	4.149
		90.076.190	59.309.143	(669.274)

⁽¹⁾ Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros

4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos: Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *Swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e do Federal Reserve Bank of New York e Bloomberg para transações de taxa Secured Overnight Financing Rate ("SOFR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3. Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como Garman-Kohlhagen, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de bunker de petróleo é obtido com base nas cotações do índice Platts. Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	Curva de desconto/ Metodologia	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Cotados no mercado secundário Em moeda estrangeira			
Bonds			
Estimados ao valor presente Em moeda estrangeira			
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	SOFR	22.740.891	17.783.760
Financiamento de ativos	SOFR	422.115	278.107
ECA - Export Credit Agency	SOFR	864.202	
IFC - International Finance Corporation	SOFR	6.261.715	3.198.761
Panda Bonds - CNH	Fixed	951.125	
Em moeda nacional			
BNDES - TJLP	DI 1	171.109	215.458
BNDES - TLP	DI 1	3.275.012	2.712.762
BNDES - Fixo	DI 1		3.903
BNDES - TR	DI 1	33.466	
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	645.139	686.798
BNDES - UMBNDES	DI 2	106.966	
Financiamento de ativos	DI 1	60.566	75.622
Debêntures	DI 1/IPC	12.002.992	8.881.277
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	108.308	110.396
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	2.424.457	2.228.806
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1		824.035
		98.802.972	75.703.064

	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	31/12/2024
						Mais que 5 anos
Consolidado Passivos						
Fornecedores	6.033.285	6.033.285	6.033.285			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	101.435.531	142.028.543	13.599.011	14.235.170	50.858.667	63.335.695
Contas a pagar de arrendamento	6.977.064	12.103.443	1.303.537	1.177.887	3.096.640	6.525.379
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	120.490	146.082	23.425	22.400	100.257	
Instrumentos financeiros derivativos	10.454.820	13.878.150	1.676.180	957.540	1.489.357	9.755.073
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.129.278	2.129.278	2.129.278			
Outros passivos	143.330	143.330	60.892		82.438	
	127.293.798	176.462.111	24.825.608	16.475.435	55.544.921	79.616.147
						31/12/2023
Consolidado Passivos						
Fornecedores	5.572.219	5.572.219	5.572.219			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	77.172.692	105.526.852	7.648.237	12.983.542	31.355.362	53.539.711
Contas a pagar de arrendamento	6.248.568	11.026.305	1.173.381	1.046.702	2.746.859	6.059.363
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	187.187	215.891	94.948	18.314	87.520	15.109
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072	2.801.258	66.433	1.278.953	1.191.014	264.858
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.275.597	1.275.597	1.275.597			
Outros passivos	116.716	116.716	58.955		57.761	
	93.009.051	126.534.838	15.889.770	15.385.272	35.380.755	59.879.041

4.3. Administração de riscos de crédito: Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("Letters of Credit - LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos a fornecedores para novos projetos, entre outros. **4.3.1. Contas a receber de clientes:** A Suzano possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação à performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno. Para a avaliação de crédito dos clientes, a Suzano utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito. A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Baixo ⁽¹⁾	8.899.516	6.549.975		
Médio ⁽²⁾	174.048	156.883		
Alto ⁽³⁾	89.596	173.558		
	9.163.160	6.880.416		
4.3.1. Administração de riscos de crédito: Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("Letters of Credit - LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos a fornecedores para novos projetos, entre outros. 4.3.1. Contas a receber de clientes: A Suzano possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação à performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno. Para a avaliação de crédito dos clientes, a Suzano utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito. A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:				

	Consolidado		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Baixo ⁽¹⁾	8.899.516	6.549.975		
Médio ⁽²⁾	174.048	156.883		
Alto ⁽³⁾	89.596	173.558		
	9.163.160	6.880.416		
4.3.2. Bancos e instituições financeiras: A Companhia e a Suzano, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantêm suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como <i>high grade</i> pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:				

	Consolidado		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Caixa e equivalentes de caixa	9.067.796	8.392.148	43.056	36.734
Aplicações financeiras	13.363.511	13.267.286		
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	3.887.100	4.199.982		
	26.318.407	25.859.416	43.056	36.734

⁽¹⁾ Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificadas por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Consolidado		31/12/2024	31/12/2023
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Instrumentos financeiros derivativos		
AAA	232.908	878.241		
AA-	286.906	1.007.537		
A+	148.029	136.864		
A		55.547		
brAAA	20.879.629	20.902.349	2.747.948	1.682.513
brAA+	658.880	511.589		439.280
brAA	755	6.565		
brAA-	19	2.169		
brA	31.504			
brBBB-	3	3		
brBB	710	1.132		
brBB-	750.359	385	156.450	
Outros	109.448	235.242	314.859	
	22.431.307	21.659.434	3.887.100	4.199.982

⁽¹⁾ Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

4.4. Administração de riscos de mercado: A Suzano está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção, preço de celulose e de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras. Para mitigar os impactos, a Suzano dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos. As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descaçamento de moedas; (ii) mitigação de exposições a taxas de juros; (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e (iv) troca de indexadores da dívida. A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados. **4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio:** A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da Suzano são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18. A Administração da Suzano considera que, para os demais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos. **4.2. Administração de risco de liquidez:** A Suzano tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa. O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Suzano, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	31/12/2024
						Mais que 5 anos
Consolidado Passivos						
Fornecedores	6.033.285	6.033.285	6.033.285			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	101.435.531	142.028.543	13.599.011	14.235.170	50.858.667	63.335.695
Contas a pagar de arrendamento	6.977.064	12.103.443	1.303.537	1.177.887	3.096.640	6.525.379
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	120.490	146.082	23.425	22.400	100.257	
Instrumentos financeiros derivativos	10.454.820	13.878.150	1.676.180	957.540	1.489.357	9.755.073
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.129.278	2.129.278	2.129.278			
Outros passivos	143.330	143.330	60.892		82.438	
	127.293.798	176.462.111	24.825.608	16.475.435	55.544.921	79.616.147
						31/12/2023
Consolidado Passivos						
Fornecedores	5.572.219	5.572.219	5.572.219			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	77.172.692	105.526.852	7.648.237	12.983.542	31.355.362	53.539.711
Contas a pagar de arrendamento	6.248.568	11.026.305	1.173.381	1.046.702	2.746.859	6.059.363
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	187.187	215.891	94.948	18.314	87.520	15.109
Instrumentos financeiros derivativos	2.436.072	2.801.258	66.433	1.278.953	1.191.014	264.858
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	1.275.597	1.275.597				

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa de Longo Prazo ("TLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e *SOFR* e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável	Possível	Remoto
	(valor base)	(25%)	(50%)
CDI/SELIC			
Caixa e equivalentes de caixa	2.422.308	73.578	147.155
Aplicações financeiras	13.293.256	403.783	807.565
Empréstimos e financiamentos	9.290.595	282.202	564.404
TJLP/TLP			
Empréstimos e financiamentos	202.961	3.770	7.540
SOFR			
Empréstimos e financiamentos	28.534.005	320.294	640.588

4.4.2.2. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável	Possível	Remoto
	(valor base)	(25%)	(50%)
CDI			
Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos opções	(4.328.970)	(943.363)	(1.868.091)
Derivativos swaps	(1.843.087)	(91.012)	(178.459)
SOFR			
Instrumentos financeiros derivativos			
Passivo			
Derivativos swaps	(1.843.087)	(136.036)	(261.559)

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana: Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index - US-CPI"), em 31 de dezembro de 2024. O cenário provável foi extrapolado considerando uma desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Efeito no resultado		
	Provável	Possível	Remoto
	(valor base)	(25%)	(50%)
Derivativo embutido em compromisso de compra de madeira em pé, proveniente de contrato de parceria florestal			
		(80.759)	(32.607)
4.4.3. Administração de risco de preço de commodities: A Suzano está exposta a preços de venda da celulose e a preços de <i>commodities</i> no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Suzano. A Suzano possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Suzano. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço. A Suzano também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Suzano avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado. 4.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Suzano determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos <i>spreads</i> bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Suzano baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos: (i) <i>Swap</i> : o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva é estimado pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do <i>swap</i> é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Suzano e da contraparte. A exceção são os contratos prefixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da <i>SOFR</i> , divulgada pela <i>Bloomberg</i> . O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (ii) <i>Opções ("Zero Cost Collar")</i> : para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de <i>Garman Kohlhagen</i> , considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos. (iii) <i>Non-deliverable forward ("NDF")</i> : é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor notional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (iv) <i>Swap de US-CPI</i> : os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação - TIPS"), divulgada pela <i>Bloomberg</i> . Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3. (v) <i>Swap VLSFO</i> (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela <i>Bloomberg</i> . A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor notional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da <i>SOFR</i> divulgada pela <i>Bloomberg</i> . As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:			

Prazo	Curva de juros		
	Brasil⁽¹⁾	Estados Unidos da América⁽²⁾	Cupom de dólar sujo⁽¹⁾
1M	12,15%	4,33%	8,46%
6M	14,19%	4,25%	6,37%
1A	15,41%	4,17%	6,41%
2A	15,94%	4,16%	6,29%
3A	15,89%	4,21%	6,22%
5A	15,60%	4,36%	6,41%
10A	14,96%	4,88%	7,31%

¹⁾ Fonte B3. ²⁾ Fonte Bloomberg.

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos: As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Consolidado			
	Valor de referência (nocial, líquido) - em US\$	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Instrumentos contratados com estratégia de proteção dos fluxos de caixa				
Hedge de fluxos de caixa				
<i>Zero Cost Collar</i>	6.852.200	4.500.200	(4.328.970)	1.968.337
NDF (US\$)	581.000	505.000	(331.876)	162.776
NDF (€ x US\$)		262.088		100.362
Hedge de dívida				
<i>Swap SOFR para Fixed</i> (US\$)	1.973.705	2.555.626	394.129	741.492
<i>Swap IPCA para CDI</i> (nocial em reais)	8.128.395	4.274.397	(825.899)	47.645
<i>Swap CNH para Fixed</i> (US\$)	165.815		(6.440)	
<i>Swap CDI x Fixed</i> (US\$)	909.612	1.025.000	(776.261)	(1.081.964)
<i>Swap Prefixada R\$ para US\$</i>		200.000		(203.045)
<i>Swap CDI x SOFR</i> (US\$)	610.171	125.000	(590.764)	25.774
<i>Swap SOFR para SOFR</i> (US\$)	150.961	150.961	(37.850)	(16.615)
Hedge de commodities				
<i>Swap US\$ e US-CPI</i> ⁽¹⁾	138.439	131.510	(80.759)	230.471
<i>Zero Cost Collar (Brent)</i>	163.941	163.100	6.097	(3.148)
<i>Swap VLSFO/Brent</i>	39.706	142.794	10.873	22.297
			(6.567.720)	1.994.382
			1.006.427	2.676.526
			2.880.673	1.753.928
			(2.760.273)	(578.763)
			(7.694.547)	(1.857.309)
			(6.567.720)	1.994.382

Ativo circulante
Ativo não circulante
Passivo circulante
Passivo não circulante

⁽¹⁾ Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em US\$ e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos: (i) *Swap CDI x Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (ii) *Swap IPCA x CDI* (nocial em reais): posições em *swaps* convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais, alinhando-se com a posição de caixa em reais da Suzano, que também é indexada a DI. (iii) *Swap SOFR x Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós-fixada (*SOFR*) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana. (iv) *Swap Pré Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (v) *Swap SOFR x SOFR US\$*: posição em *swap* trocando taxa prefixada adicionada à *SOFR* por outra taxa fixa adicionada à *SOFR*. O objetivo é gerar desconto de taxa para o pré-pagamento junto à instituição bancária, permitindo mecanismos de reversão. (vi) *Swap CDI x SOFR*: posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pós-fixada ("SOFR") em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano e capturar um menor custo de dívida por meio da flutuação das projeções da taxa *SOFR*. (vii) *Swap CNH x USD*: posições em *swaps* trocando taxa prefixada em yuans da China por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em yuans para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (viii) *Zero Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do real. (ix) *Non-Deliverable Forward ("NDF")*: Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real. (x) *Swap US\$ e US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e com fornecimento de madeira em pé. (xi) *Non-Deliverable Forward Paridade ("NDF"): EUR e US\$*: Posições compradas na paridade EUR/US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do CAPEX do Projeto Cerrado contra a apreciação do euro. (xii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil/Brent ("VLSFO")* (petróleo - Brent): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo. (xiii) *Zero Cost Collar (Brent)*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de compra (*call*) e venda de opções de venda (*put*) de petróleo - Brent, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger custos com insumos derivativos de petróleo. Nessa estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o custo contra o aumento do preço do petróleo. A variação do valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2024 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é explicada substancialmente pela desvalorização do Real frente ao US\$ e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos causados pelas variações nas curvas Pré, Cupom Cambial e *SOFR* nas operações. Importante destacar que, os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado. **4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo (valores líquidos):**

Moeda	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2025	(1.753.846)	2.097.763		
2026	(1.699.768)	233.072		
2027	(36.905)	(574.871)		
2028 em diante	(3.077.201)	238.418		
	(6.567.720)	1.994.382		

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto: As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Moeda	Consolidado			
	Valor notional	Valor justo - em R\$	31/12/2024	31/12/2023
Hedge de dívida				
Ativos				
<i>Swap CDI para Fixed</i>	US\$	4.748.394	3.898.011	1.482.759
<i>Swap Prefixada para US\$</i>	US\$		738.800	
<i>Swap SOFR para Fixed</i>	US\$	1.973.705	2.555.626	424.824
<i>Swap IPCA para CDI</i>	R\$	8.382.699	4.320.471	927.586
<i>Swap CDI para SOFR</i>	US\$	3.117.625	644.850	754.173
<i>Swap CNH para Fixed</i>	CNH	1.200.000		32.560
<i>Swap SOFR para SOFR</i>	US\$	150.961	150.961	4.949
				6.681
				3.594.291
				1.529.543
Passivos				
<i>Swap CDI para Fixed</i>	US\$	909.612	1.025.000	(2.259.020)
<i>Swap Prefixada para US\$</i>	US\$		200.000	(203.045)
<i>Swap SOFR para Fixed</i>	US\$	1.973.705	2.555.626	(30.695)
<i>Swap IPCA para CDI</i>	R\$	8.128.395	4.274.397	(1.753.485)
<i>Swap CDI para SOFR</i>	US\$	610.171	125.000	(1.344.937)
<i>Swap CNH para Fixed</i>	CNH	165.815		(6.440)
<i>Swap SOFR para SOFR</i>	US\$	150.961	150.961	(42.799)
				(23.296)
				(5.437.376)
				(1.843.085)
				(486.713)
Hedge de fluxos de caixa				
<i>Zero Cost Collar</i> (US\$ x R\$)	US\$	6.852.200	4.500.200	(4.328.970)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	581.000	505.000	(331.876)
NDF (€ x US\$)	US\$		262.088	
				(4.660.846)
				2.231.475
Hedge de commodities				
<i>Swap US\$ e US-CPI</i> ⁽¹⁾	US\$	138.439	131.510	(80.759)
<i>Zero Cost Collar (Brent)</i>	US\$	163.941	163.100	6.097
<i>Swap VLSFO/Brent</i>	US\$	39.706	142.794	10.873
				(63.789)
				249.620
				(6.567.720)
				1.994.382

⁽¹⁾ Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de *swap* de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

4.5.4. Valores justos liquidados: As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

Hedge de fluxos de caixa	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<i>Zero Cost Collar</i> (US\$)	645.759	2.987.953
NDF (US\$)	(68.695)	155.458
NDF (€ x US\$)	73.781	84.332
	650.845	3.227.743
Hedge de commodities		
<i>Swap VLSFO/outros</i>	89.327	80.516
	89.327	80.516
Hedge de dívida		
<i>Swap CDI para Fixed</i> (US\$)	(1.635.058)	(438.417)
<i>Swap IPCA para CDI</i> (reais)	(59.243)	256.683
<i>Swap IPCA para Fixed</i> (US\$)		21.139
<i>Swap Prefixada para US\$</i>	(221.462)	(104.827)
<i>Swap SOFR</i>	2.199	
<i>Swap CDI para SOFR</i> (US\$)	19.074	7.729
<i>Swap SOFR para Fixed</i> (US\$)	603.737	508.720
	(1.290.753)	251.027
	(550.581)	3.559.286

4.6. Hierarquia do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia: (i) Nível 1 - Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais; (ii) Nível 2 - Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros ("accrual"), respectivamente, para instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os *inputs* observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e (iii) Nível 3 - Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Suzano aplica a técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alteração entre os níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível		

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias passivas				
Ágio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	1.589.887	1.301.654		
Imobilizado - custo atribuído	1.066.883	1.137.483		
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração ⁽¹⁾	733.640	799.857		
Juros capitalizados	947.482	640.063		
Valor justo dos ativos biológicos	1.317.095	1.115.432		
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos				
- valia alocado, líquido	342.141	370.947		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	137.928	150.691		
Ganho com derivativos ("MtM") ⁽²⁾				
Demais diferenças temporárias	18.439	24.109		
	6.153.495	6.218.326		
Ativo não circulante	7.985.402	546.701	1.373	1.475
Passivo não circulante	12.596	11.377		

(1) A depreciação incentivada é atribuída somente pelo IRPJ. ⁽²⁾ A Suzano apresenta o saldo líquido de derivativos e arrendamento, pois os ganhos e perdas dos tributos diferidos são compensados de forma simultânea. Para a linha de derivativos, a diferença temporária passiva foi de R\$1.321.614 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.552.449 no consolidado (diferença temporária passiva de R\$1.506.354 e diferença temporária ativa de R\$828.264 no consolidado em 31 de dezembro de 2023). Para a linha de arrendamento, a diferença temporária passiva foi de R\$1.763.847 e a diferença temporária ativa de R\$2.370.791 no consolidado (diferença temporária passiva de R\$1.766.776 e diferença temporária ativa de R\$2.122.886 no consolidado em 31 de dezembro de 2023). **12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda a compensar	3.271.082	4.927.797	65.426	69.563
Base negativa da contribuição social a compensar	3.475.877	5.145.455	48.049	52.186
12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos:				
	Consolidado	Controladora	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	535.324	3.986.581	1.475	1.286
Prejuízo fiscal do imposto de renda	(413.137)	2.872		
Base negativa da contribuição social	(149.887)	11.780		
Provisão para passivos judiciais	715	55.562		
Provisões operacionais e para perdas diversas	93.444	215.983	(102)	189
Varição cambial	5.000.881	(1.913.350)		
Perdas (ganhos) com derivativos ("MtM")	2.908.925	(668.926)		
Amortização da mais e menos valia decorrente de combinação de negócios	193	2.219		
Lucro não realizado nos estoques	387.579	(211.474)		
Arrendamento	250.834	(8.728)		
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(288.233)	(278.551)		
Imobilizado - custo atribuído	70.600	79.866		
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração	66.217	70.140		
Juros capitalizados	(307.419)	(429.229)		
Valor justo do ativo biológico	(201.663)	(412.158)		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	12.763	43.430		
Demais diferenças temporárias	5.670	(10.693)		
No final do exercício	7.972.806	535.324	1.373	1.475

12.1.4. Período estimado de realização: A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração da Suzano que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com suas controladas no exterior. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Suzano e suas controladas, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
2025	1.632.829	
2026	1.350.610	
2027	301.456	
2028	391.301	
2029	1.748.739	
2030 a 2032	4.078.819	
2033 a 2034	4.622.547	
	14.126.301	

O prazo de realização dos tributos diferidos ativo acompanha, substancialmente a realização da variação cambial, quando da liquidação dos empréstimos e financiamentos. **12.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	(13.155.022)	17.961.519	(2.108.447)	3.950.594
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	4.472.707	(6.106.916)	716.872	(1.343.202)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior ⁽¹⁾	484.717	1.688.656		
Resultado de equivalência patrimonial	(4.734)	(6.443)	(692.779)	1.357.541
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") ⁽²⁾		(46.796)		
Juros sobre capital próprio	821.345	493.623	(28.655)	(16.377)
Crédito Programa Reintegra	11.896	7.176		
Gratificações dos Diretores	(9.587)	(4.907)		
Incentivos fiscais aplicáveis (nota 12.3) ⁽³⁾	336.672	128.656		
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	(50.249)	(46.020)	1.403	671
	6.062.767	(3.892.971)	(3.159)	(1.367)
Imposto de renda				
Corrente	(1.001.925)	(354.244)	(2.207)	(1.128)
Diferido	5.482.573	(2.561.842)	(75)	139
	4.480.648	(2.916.086)	(2.282)	(989)
Contribuição social				
Corrente	(367.153)	(43.488)	(850)	(428)
Diferido	1.949.272	(933.397)	(27)	50
	1.582.119	(976.885)	(877)	(378)
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	6.062.767	(3.892.971)	(3.159)	(1.367)

1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no exterior. 2) As regras brasileiras de subcapitalização ("thin capitalization") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social se o valor da despesa de juros atender aos limites estabelecidos, que proporcionalizam as despesas de juros ao Patrimônio Líquido da Suzano. Em 31 de dezembro de 2024 todos os limites e requisitos foram atendidos, e em 31 de dezembro de 2023 a Suzano não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade. 3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes a utilização dos incentivos fiscais (i) lucro da exploração, (ii) gastos com pesquisa e desenvolvimento, (iii) PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador"), (iv) doações realizadas em projetos de caráter cultural, (v) fundos de direito da criança e adolescente, (vi) incentivos ao desporto, (vii) fundos do idoso e (viii) prorrogação da licença maternidade e paternidade. **12.3. Incentivos fiscais:**

A Suzano possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"), O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE")		
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
Imperatriz (MA)	Suzano	2032
Mucuri (BA)	Suzano	2030
São Luis (MA)	Itacel	2033
Eunápolis (BA)	Veracel	2033
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM")		
Belém (PA)	Suzano	2025

Em 13 de junho de 2024, foi aprovado o incentivo fiscal referente ao lucro da exploração para a empresa Terminal de Celulose de Itaqui S/A e em 22 de julho de 2024, foi renovado o pleito de incentivo fiscal para a empresa Veracel Celulose S/A, em áreas da SUDENE, garantindo a redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), com vigência de 10 anos para a utilização desse benefício fiscal. Esses incentivos têm como objetivo fomentar o desenvolvimento regional, estimulando investimentos em áreas estratégicas. **12.4 Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") anunciou as diretrizes do modelo Pilar Dois, buscando uma reforma na tributação corporativa internacional para assegurar que grupos econômicos multinacionais, abrangidos por tais normativas, contribuam com um imposto mínimo efetivo à taxa de 15% sobre o lucro. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, conforme calculado por esse modelo, é denominada alíquota efetiva Global Anti-Base Erosion Rules ("GloBE"). No contexto da Suzano, a conformidade com as diretrizes da OCDE em matéria de tributação internacional é uma prioridade estratégica. Muitos dos países já divulgaram legislações ou planos sobre a adoção das regras do Pilar Dois e do cálculo da receita GloBE, considerando a taxa mínima global de 15% para as multinacionais com receita consolidada acima de EUR750 milhões. A partir de 2024, a Suzano está sujeita às regras modelo do Pilar Dois da OCDE em determinadas jurisdições europeias onde opera, destacando-se à Áustria como operação relevante. Até o momento, não houve impacto material nas demonstrações financeiras em função desse tema. Em dezembro de 2024, foi publicada a Lei 15.079/2024 que institui o Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no processo de adaptação da legislação brasileira às regras GloBE, cuja aplicação entra em vigor a partir de 01/01/2025. O impacto principal ocorre na necessidade de adaptação das estruturas de compliance e de cálculo do eventual adicional de CSLL (Top-up Tax). A Suzano reafirma seu compromisso com a conformidade tributária e já está conduzindo ações necessárias para assegurar a implementação adequada da nova regra no Brasil, alinhando-se às melhores práticas globais e à legislação vigente. A Suzano também avalia continuamente os desdobramentos legislativos nas jurisdições em que atua, a fim de mapear os efeitos potenciais em suas operações.

13. Ativos biológicos - consolidado: A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	18.278.582	14.632.186
Adições	7.180.450	5.777.952
Aquisição de controladas ⁽¹⁾	366.785	
Exaustões	(4.831.916)	(3.680.997)
Transferências	102.790	(136.297)
Ganho na atualização do valor justo	1.431.530	1.989.831
Alienações	(130.922)	(128.370)
Baixas	(114.298)	(175.723)
Saldo no final do exercício	22.283.001	18.278.582

⁽¹⁾ Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6).

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio de dados não observáveis, portanto se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo. As premissas de Incremento Médio Anual ("IMA") e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo. As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram: i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos; ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio; iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo; iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias; v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto que foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Suzano com terceiros independentes; e vi) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital

	Controladora		Consolidado	
	Total	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações em andamento
Taxa de depreciação média a.a. %			3,34	6,78
Custo acumulado	1.086	14.486.408	9.644.875	45.160.365
Depreciação acumulada	(592)	(3.879.898)	(25.541.712)	(25.541.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	494	14.486.408	5.764.977	19.618.653
Adições ⁽²⁾	147	54.027	15	467.032
Valor proveniente da aquisição da MMC Brasil		4.572	111.495	453.617
Baixas	(80)	(25.090)	(36.184)	(133.249)
Depreciação			(313.304)	(2.570.734)
Transferências e outros		339.272	379.495	2.702.633
Custo acumulado	1.199	14.859.189	10.032.317	48.456.537
Depreciação acumulada	(638)	(4.125.823)	(27.918.585)	(27.918.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	561	14.859.189	5.906.494	20.537.952
Adições ⁽²⁾	20	697	558	415.147
Baixas		(10.724)	(7.455)	(118.499)
Aquisição de controladas ⁽³⁾		1.699.588	775	413
Depreciação	(70)		(366.398)	(3.214.550)
Transferências e outros ⁽⁴⁾		226.598	3.988.619	16.660.035
Custo acumulado	1.219	16.775.348	13.816.631	62.822.096
Depreciação acumulada	(708)	(4.294.038)	(28.541.598)	(28.541.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	511	16.775.348	9.522.593	34.280.498

⁽¹⁾ Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. ⁽²⁾ A adição de imobilizado em andamento refere-se, substancialmente ao Projeto Cerrado, dos quais, R\$1.254.521 no consolidado é efeito caixa de períodos anteriores (R\$393.042 em 31 de dezembro de 2023). ⁽³⁾ Refere-se a aquisição e incorporação de 100% do capital social das empresas Timber VII e Timber XX (nota 1.2.6). ⁽⁴⁾ Refere-se, basicamente, a ativação do Projeto Cerrado que entrou em operação em 21 de julho de 2024 (nota 1.2.2). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado. **15.1. Bens oferecidos em garantia:** Em 31 de dezembro de 2024, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia, compostos substancialmente pelas unidades de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Imperatriz, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Tipo de garantia	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	Financeiro/Jurídico	24.427	3.198.674
Imóveis	Financeiro	1.755.082	1.947.075
Máquinas, equipamentos e instalações	Financeiro	20.442.189	10.393.344
Imobilizado em andamento	Financeiro	427.998	649.081
Outros	Financeiro	43.487	144.273
		22.693.183	16.332.447

15.2. Custos dos empréstimos capitalizados: O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$959.967 no consolidado (R\$1.160.364 no consolidado em 31 de dezembro de 2023). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi 11,17% a.a. no consolidado (10,98% a.a. no consolidado em 31 de dezembro de 2023). **15.3. Descomissionamento de ativos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano provisionou o montante de R\$65.327 no consolidado (R\$52.566 no consolidado em 31 de dezembro de 2023) decorrentes de uma obrigação presente baseada em eventos futuros de descomissionamento de aterros industriais.

("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Área útil plantada produtiva (hectare)	1.243.191	1.094.611
Ativos maduros (6 a 7 anos)	191.737	144.942
Ativos imaturos (1 a 5 anos)	1.051.454	949.669
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare/ano	37,62	37,92
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m³	101,38	96,04
Taxa de desconto (após os impostos)	8,80%	8,80%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes. A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$1.431.530 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 29).

14. Investimentos: 14.1. Composição dos investimentos, líquidos: Posição e movimentação dos investimentos em controladas:

	Suzano Premesa		Total
	S.A. ⁽¹⁾	S.A.	
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2024			
Quantidade de ações possuídas			
Ações ordinárias	367.612.329	21.572	
Capital votante/total ⁽²⁾	29,66%	98,65%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2024			
Ativo	165.936.105	7.670	
Passivo	133.520.530	76	
Patrimônio líquido	32.415.575	7.594	
Capital social	19.235.546	6.732	
Resultado do exercício	(7.074.198)	2.117	

c) Investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.282.181	12.820	9.295.001
Equivalência patrimonial	3.989.475	3.294	3.992.769
Juros sobre o capital próprio	(427.671)		(427.671)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial ⁽³⁾	(22.929)		(22.929)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada	(78.520)		

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2024, o valor recuperável é superior ao valor contábil e, consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (impairment). Se a taxa de desconto depois dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa de ambas as unidades geradoras de caixa tivesse sido 1% superior às estimativas da administração (9,91% ao invés de 8,91%), a Suzano ainda não precisaria registrar uma provisão para redução ao valor recuperável. A Suzano avaliou possíveis mudanças nas premissas de preço e câmbio e não identificou quaisquer casos que pudessem fazer com que o valor contábil das unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável. Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Papel, o teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de múltiplos EV/EBITDA. Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2024, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (impairment).

16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	6.557.009	7.173.183
Adições	161.779	104.931
Ajuste a valor justo na aquisição da MMC		189.655
Baixas		(2)
Amortização	(1.008.824)	(990.432)
Transferências e outros		79.674
No final do exercício	5.709.964	6.557.009
Representados por	Taxa média % a.a.	
Acordo de não competição	5,00	4,508
Concessão de portos	3,94	632.253
Contratos de arrendamentos	16,90	6.875
Contratos de fornecedores	12,66	25.925
Contratos de serviços portuários	4,23	520.459
Cultivares	14,28	20.391
Marcas e patentes	8,35	170.306
Relacionamento com clientes	9,09	4.104.900
Relacionamento com fornecedor	17,64	295
Softwares	20,80	201.476
Outros	10,00	29.451
	5.709.964	6.557.009

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures - consolidado:

18.1. Abertura por modalidade:

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Consolidado							
				Circulante		Não circulante		Total			
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Em moeda estrangeira											
<i>Bonds</i>	USD	Fixo	5,0%	3.229.641	841.625	49.166.804	40.122.749	52.396.445	40.964.374		
Panda Bonds	CNY	Fixo	2,8%	4.224		1.016.331		1.020.555			
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	USD	SOFR/Fixo	5,4%	6.236.806	2.690.891	16.283.736	14.487.252	22.520.542	17.178.143		
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	6,3%	7.297		769.702		776.999			
Financiamento de ativos	USD	SOFR	3,7%	137.300	61.924	298.252	220.199	435.552	282.123		
IFC - International Finance Corporation (1)	USD	SOFR	6,0%	(12.051)	731	5.858.208	2.871.399	5.846.157	2.872.130		
EDC - Export Development Canada	EUR	Fixo	1,0%	4.210	7.903	4.455		8.665	7.903		
				9.607.427	3.603.074	73.397.488	57.701.599	83.004.915	61.304.673		
Em moeda nacional											
BNDES	BRL	UMBNDDES	7,2%	157		157.555		157.712			
BNDES	BRL	TJLP	8,6%	100.556	49.348	101.587	199.988	202.143	249.336		
BNDES	BRL	TLP	14,8%	94.903	57.060	4.607.102	3.123.727	4.702.005	3.180.787		
BNDES	BRL	Fixo			4.020				4.020		
BNDES	BRL	SELIC	14,5%	243.223	65.013	704.825	857.419	948.048	922.432		
BNDES	BRL	TR	2,2%	84		70.015		70.099			
Financiamento de ativos	BRL	CDI	18,1%	18.427	17.037	56.956	71.235	75.383	88.272		
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	BRL	CDI	18,5%	3.027	3.114	100.000	100.000	103.027	103.114		
NCR ("Nota de Crédito Rural")	BRL	CDI	14,8%	312.652	101.739	2.000.000	1.998.270	2.312.652	2.100.009		
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	BRL	Fixo			791.306				791.306		
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	15,4%	120.931	66.536	9.738.616	8.362.207	9.859.547	8.428.743		
				893.960	1.155.173	17.536.656	14.712.846	18.430.616	15.868.019		
				10.501.387	4.758.247	90.934.144	72.414.445	101.435.531	77.172.692		
				1.541.312	1.232.810			1.541.312	1.232.810		
				8.960.075	3.525.437	90.934.144	72.414.445	99.894.219	75.939.882		
				10.501.387	4.758.247	90.934.144	72.414.445	101.435.531	77.172.692		
Juros sobre financiamento											
Financiamentos captados a longo prazo											

18.2. Cronograma de vencimentos - não circulante:

Em moeda estrangeira	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Consolidado			
							Total	Total		
<i>Bonds</i>	3.074.751	4.318.390	3.083.311	10.758.081	6.150.231	21.782.040	49.166.804			
Panda Bonds (1)	(1.211)	1.017.542					1.016.331			
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	5.668.270	4.889.574	3.832.090	1.893.802			16.283.736			
Financiamento de ativos	110.452	112.204	69.012	6.584			298.252			
ECA - Export Credit Agency (1)	(670)	(845)	(780)	(912)	(847)	773.756	769.702			
EDC - Export Development Canada			1.114	1.114		1.113	4.455			
IFC - International Finance Corporation (1)	(6.668)	305.291	1.587.751	2.613.047	1.358.787		5.858.208			
	8.844.924	10.642.156	8.572.498	15.271.716	7.509.285	22.556.909	73.397.488			
Em moeda nacional										
BNDES - TJLP	90.078	3.634	3.634	3.634	607		101.587			
BNDES - TLP	98.668	158.812	155.980	141.823	366.249	3.685.570	4.607.102			
BNDES - Selic	254.966	33.888	33.933	33.979	34.024	314.035	704.825			
BNDES - TR	4.178	4.734	4.734	4.734	4.734	46.901	70.015			
BNDES - UMBNDDES	4.258	8.516	8.516	8.516	8.516	119.233	157.555			
Financiamento de ativos	18.741	19.114	19.034	67			56.956			
NCE ("Nota de crédito à exportação")		25.000	25.000	25.000	25.000		100.000			
NCR ("Nota de Crédito Rural")					2.000.000		2.000.000			
Debêntures (1)	(7.431)	(11.767)	738.297	(11.477)	518.399	8.512.595	9.738.616			
	463.458	241.931	989.128	206.276	2.957.529	12.678.334	17.536.656			
	9.308.382	10.884.087	9.561.626	15.477.992	10.466.814	35.235.243	90.934.144			

18.3. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Início do exercício	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	77.172.692	74.574.591
Juros apropriados	15.692.905	10.944.794
Variações monetárias e cambiais, líquidas	5.413.707	4.797.094
Pagamento de principal	17.728.324	(4.185.675)
Pagamento de juros	(9.410.807)	(4.296.447)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	(5.241.389)	(4.728.998)
Fim do exercício	101.435.531	77.172.692

18.4. Custo de captação: O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Custo	Amortização	Saldo a amortizar	
			31/12/2024	31/12/2023
<i>Bonds</i>	434.970	266.520	168.450	164.825
NCE	125.222	125.222		2.696
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	219.946	156.866	63.080	52.162
Debêntures	159.675	34.012	125.663	102.235
BNDES	81.730	55.953	25.777	9.854
IFC - International Finance Corporation	81.726	3.007	78.719	38.911
Outros	20.912	14.113	6.799	598
	1.124.181	655.693	468.488	371.281

18.5. Garantias: Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Suzano, conforme divulgado na nota 15.1. A Suzano não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos. **18.6. Operações relevantes contratadas no exercício:** **18.6.1. Pré-pagamento de exportação:** Em 15 de fevereiro de 2024, a Suzano efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação ("PPE") com valor de US\$780.000 (equivalentes a R\$3.877.380), com taxa flutuante em SOFR + 1,65% a.a. (acrescendo 0,05% ao ano até o vencimento), com vencimento final em fevereiro de 2029, como parte do processo de rolagem de um PPE parcialmente liquidado na mesma data. **18.6.2. Nota de crédito rural:** Em 28 de março de 2024, a Suzano efetuou, junto ao banco Safra, a captação de uma cédula de produto rural (CPR) no valor de R\$200.000 com taxa pós-fixada de 100% do CDI, com vencimento final em março de 2025. **18.6.3. Export Development Canada ("EDC"):** Em 30 de abril de 2024, a Suzano efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US\$125.000 (equivalentes a R\$646.475) com taxa flutuante de SOFR + 1,74%, com vencimento final em abril de 2031. **18.6.4. Debêntures:** Em 29 de maio de 2024, a Suzano captou debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirográfrica, em três series, no valor total de R\$5.900.000, como parte de uma estratégia de rolagem de dívida. A debênture é composta por três partes: (i) montante

Custo	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Amortização	12.540.497	12.378.761
No final do exercício	(6.830.533)	(5.821.752)
	5.709.964	6.557.009
17. Fornecedores - consolidado:		
Em moeda nacional		
Terceiros (1) (2)	4.681.065	3.946.185
Partes relacionadas (nota 11.1) (3)	1.457	1.023
Em moeda estrangeira		
Terceiros (2)	1.350.763	1.625.011
	6.033.285	5.572.219

(1) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo referente a tais operações em 31 de dezembro de 2024 era de R\$555.063 (R\$281.350 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. (2) Dentro do saldo de fornecedores os seguintes saldos referem-se ao Projeto Cerrado, R\$107.418 (R\$523.408 em 31 de dezembro de 2023) em moeda nacional e R\$241.497 (R\$1.080.028 em 31 de dezembro de 2023) em moeda estrangeira no consolidado. (3) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.

17.1 Compromissos de longo prazo - consolidado: No curso normal de seus negócios, a Suzano celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$26.239.939 (R\$14.606.380 em 31 de dezembro de 2023).

efetuou o saque do montante disponível em linha de crédito junto ao IFC e um sindicato de bancos comerciais, no montante de US\$350.000 (equivalente a R\$2.118.515). O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "B-loan - tranche 1", no montante de US\$105.000 (equivalentes a R\$635.554), ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de cinco anos, com carência de principal de três anos; e (ii) "B-Loan - tranche 2", no valor de US\$245.000 (equivalentes a R\$1.482.961) ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de seis anos, com carência de principal de quatro anos. A operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Suzano. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. **18.7. Operações relevantes liquidadas no exercício:** **18.7.1. Pré-pagamento de exportação:** Em 15 de fevereiro de 2024, a Suzano liquidou parcialmente, de forma antecipada, um pré-pagamento de exportação, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$620.000 (equivalentes a R\$3.209.057 (principal e juros)). O valor residual da operação manteve seu vencimento original em fevereiro de 2026 com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a. Em 7 de junho de 2024, a Suzano liquidou, de forma antecipada, uma debênture, junto ao banco Bradesco, no valor total de R\$4.926.631 (principal e juros), como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original da debênture era em junho 2025 e junho de 2026 e a taxa de 112,5% do CDI a.a.

19. Arrendamento: **19.1. Direito de uso:** A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado		Contro- ladora
	Máquinas e equipamentos	Navios e embarcações	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.283.156	112.553	86.322
Adições/ atualizações	496.236	206.847	106.029
Depreciações (1)	(386.436)	(134.587)	(60.357)
Baixas (2)	(12.658)		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.380.298	184.813	131.994
Adições/ atualizações	506.373	157.542	41.417
Depreciações (1)	(408.000)	(167.312)	(55.243)
Baixas (2)	(3.102)		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.475.569	175.043	118.168

(1) O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação. (2) Baixas decorrentes de cancelamentos de contratos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não estão comprometidas com contrato de arrendamento ainda não iniciado. **19.2. Contas a pagar de arrendamento:** O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.1. Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais:

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ^{(1) (2)}	Total
Saldo no início do exercício	468.839	349.058	139.435	2.155.545	3.112.877
Pagamentos	(60.081)	(89.221)	(6.795)		(156.097)
Reversões	(9.540)	(89.941)	(1.951)	(27.820)	(129.252)
Adições	4.689	162.456	72.605		239.750
Atualização monetária	4.057	21.574	12.259		37.890
Saldo de provisão	407.964	353.926	215.553	2.127.725	3.105.168
Depósitos judiciais	(66.746)	(91.596)	(20.076)		(178.418)
Saldo no final do exercício	341.218	262.330	195.477	2.127.725	2.926.750

⁽¹⁾ Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária no montante de R\$1.994.444 e cível no montante de R\$133.281, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria. ⁽²⁾ Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ^{(1) (2)}	Total
Saldo no início do exercício	419.915	255.805	118.729	2.645.705	3.440.154
Pagamentos	(1.717)	(37.172)	(3.014)		(41.903)
Reversões	(18.035)	(101.375)	(11.337)	(490.160)	(620.907)
Adições	37.683	211.690	21.335		270.708
Atualização monetária	31.020	20.110	13.722		64.852
Saldo de provisão	468.866	349.058	139.435	2.155.545	3.112.904
Depósitos judiciais	(154.469)	(82.305)	(15.694)		(252.468)
Saldo no final do exercício	314.397	266.753	123.741	2.155.545	2.860.436

⁽¹⁾ Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária de R\$2.015.075 e cível de R\$140.470, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria. ⁽²⁾ Reversão decorrente da alteração de probabilidade, cancelamento e/ou liquidação. O valor de R\$372.541 é referente ao cancelamento da multa do passivo contingente assumido da combinação de negócios com a Fibria, descrito na nota 20.2.1 (i).

20.1.1. Tributários e previdenciários: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía 58 (32 em 31 de dezembro de 2023) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Suzano e pela Administração. **20.1.2. Trabalhistas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía 1.178 (1.241 em 31 de dezembro de 2023) processos trabalhistas. Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Suzano. **20.1.3. Cíveis, ambientais e imobiliários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía 97 (76 em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis, ambientais e imobiliários. Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras. **20.2. Processos com risco de perda possível:** A Suzano possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Tributários e previdenciários ⁽¹⁾	9.844.717	9.775.068	
Trabalhistas	171.480	194.883	
Cíveis, ambientais e imobiliários ⁽¹⁾	5.065.714	4.462.964	
	15.081.911	14.432.915	

⁽¹⁾ Valores líquidos do saldo de menos-valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.108.635 no consolidado (R\$2.135.869 no consolidado em 31 de dezembro de 2023), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com a Fibria, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima. **20.2.1. Tributários e previdenciários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía 676 processos tributários e previdenciários no total de R\$9.844.717 (733 processos no total de R\$9.775.068 em 31 de dezembro de 2023). Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, Contribuições Previdenciárias, ICMS, Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias. A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias: (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Permuta de ativos industriais e florestais: Trata-se de ação anulatória que visa a anulação de Processo Administrativo instaurado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, em decorrência da permuta de ativos realizada com a International Paper ("IP"). Em dezembro de 2012, a Suzano foi autuada pela RFB, e, em janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), por voto de qualidade do Presidente do CARF, julgou a defesa da Suzano improcedente. A Suzano foi intimada da decisão em maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário. O processo encontra-se devidamente garantido. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Suzano e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Em dezembro de 2023, nos termos do 2º artigo da Lei nº 14.689/23, relacionada ao artigo 25, § 9º-A, do Decreto nº 70.235/72, às Certidões de Dívida Ativa foram retificadas de modo a cancelar definitivamente os valores relacionados a multa de ofício e seus encargos. Na opinião da Suzano e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível, exceto pelo provisionamento do valor equivalente ao passivo contingente assumido decorrente da combinação de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$1.688.690 (R\$1.630.537 em 31 de dezembro de 2023). (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Trata-se de processo administrativo instaurado em outubro de 2023, decorrente de autos de infração de IRPJ e CSLL lavrados em face de Suzano S.A., relativamente ao ano-calendário de 2019. Imputam-se infrações sobre: (i) despesas indevidáveis; (ii) indevida dedução de despesas operacionais; (iii) lucros auferidos no exterior por empresa subsidiária; (iv) amortização de água; (v) falta de adição de gratificação paga a diretores à base de cálculo da CSLL, e (vi) prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. A Suzano apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso voluntário apresentado pela Suzano e o recurso de ofício da Fazenda Nacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$920.628 (R\$845.164 em 31 de dezembro de 2023). (iii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Glosa da depreciação, amortização e exaustão - Período 2010: Em dezembro de 2015, a Suzano foi autuada para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Suzano em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Suzano apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Suzano em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$875.466 (R\$827.186 em 31 de dezembro de 2023). (iv) Auto de infração - Créditos de IRPJ e CSLL: Em 05 de outubro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB visando a cobrança de créditos de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd. nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Suzano, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Suzano e possível com viés de remota quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. A Suzano apresentou a defesa administrativa e, atualmente, por meio da Resolução nº 104000033, o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente aguarda-se a conclusão da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$609.548 (R\$563.723 em 31 de dezembro de 2023). (v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - Período 2009 a 2011: Em dezembro de 2013, a Suzano foi autuada pela RFB exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculados às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada improcedente. Interposto o

Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, foi interposto recurso especial pela Suzano, e foram admitidas determinadas divergências para apreciação da Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"). A Fazenda Nacional também interps recurso especial à Câmara Superior. Atualmente, discute-se a liquidação parcial do acórdão, bem como aguarda-se o julgamento do recurso especial pela CSRF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$201.199 (R\$190.875 em 31 de dezembro de 2023). (vi) Auto de Infração - Tributação em bases universais - Período 2015: Em 3 de novembro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário de 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível. A Suzano apresentou a defesa administrativa. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada parcialmente procedente. Em razão da decisão, a Suzano interps Recurso Voluntário em 08 de junho de 2024, que foi julgado parcialmente procedente em 14 de maio de 2024, resultando no cancelamento da maior parte do auto de infração. Para a parcela residual, a Suzano apresentou Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial da Suzano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$4.712 (R\$176.917 em 31 de dezembro de 2023). (vii) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): Em 2002, a Suzano pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Suzano recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Suzano de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Suzano, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Suzano em face da sentença desfavorável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$150.869 (R\$143.912 em 31 de dezembro de 2023). (viii) Compensação - IRRF - Período 2000: A Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à RFB. Em abril de 2008, a RFB reconheceu parcialmente o crédito em favor da Suzano. Desta decisão, a Suzano interps Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$125.489 (R\$120.871 em 31 de dezembro de 2023). (ix) IRPJ/CSLL - Homologação parcial - Período 1997: A Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à RFB. Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$15.000. A Suzano aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Suzano. Para a outra parte do crédito, a Suzano ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$122.319 (R\$117.130 em 31 de dezembro de 2023). (x) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Processo administrativo exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Imputam-se infrações sobre (i) preços de transferência; e (ii) despesas indevidáveis. A Suzano apresentou impugnação em janeiro de 2020, a qual foi julgada parcialmente procedente. Desta decisão, a Suzano interps Recurso Voluntário e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o início da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$112.168 (R\$106.477 em 31 de dezembro de 2023). (xi) Auto de Infração - IRPJ e Saldo Negativo: Trata-se de Despacho Decisório que homologou parcialmente a compensação realizada pela Suzano, em razão da utilização de créditos proveniente de Saldo Negativo, oriundo de retenção na fonte, apurado no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016. A Suzano apresentou impugnação administrativa, que foi julgada integralmente favorável aos seus interesses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há montante estimado de exposição em razão do desfecho favorável (R\$102.496 em 31 de dezembro de 2023). (xii) IRPJ/CSLL - Homologação parcial - Período 2000: Em 2024, a Suzano apresentou pedido de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano 2000, com débitos devidos à RFB. A RFB glosou integralmente o crédito tributário. Após apresentada a defesa e os recursos competentes, o processo se encerrou de maneira desfavorável para a Suzano na esfera administrativa. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") ajuizou execução fiscal para cobrança dos valores, ocasião em que a Suzano opôs os competentes embargos à execução fiscal, os quais foram parcialmente providos. A Suzano interps Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante estimado da exposição é de R\$101.654.

20.2.2. Trabalhistas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía 1.135 processos de natureza trabalhista, no total de R\$171.480 (1.034 processos no total de R\$194.883 em 31 de dezembro de 2023). A Suzano possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul. **20.2.3. Cíveis, ambientais e imobiliários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Suzano possuía 201 processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$5.065.714 (219 processos no total de R\$4.462.964 em 31 de dezembro de 2023). De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Suzano, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitorias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Suzano possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados). Dentre os processos de natureza cível,

destacam-se: (i) A Suzano está envolvida em 3 Ações Cíveis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Suzano deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e, (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Suzano apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. As outras duas ACPs foram julgadas improcedentes e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Em dezembro 2024, os recursos repetitivos foram julgados pelo STJ no sentido de possibilitar a aplicação de dupla penalidade (administrativa e judicial), fixando tese autorizando a imposição de tutela inibitória e responsabilização civil. No momento, houve oposição de Embargos de Declaração pela União Comércio e pela CNT para destacar diversas lacunas e omissões identificadas no julgado. (ii) A Suzano instituiu um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente fora protegida por decisão liminar, a qual fora confirmada em sentença favorável à Suzano, com início do procedimento de liquidação de sentença pela Suzano. Contudo, em fase de apelação e em julgamento ampliado, houve acórdão desfavorável à Suzano reconhecendo uma suposta nulidade incidental do cultivar, decisão está sujeita atualmente a embargos de declaração. Ressalta-se que, em paralelo, há também uma demanda na Justiça Federal em que o concorrente ajuizou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, não houve qualquer decisão neste processo determinando a nulidade ou restringindo o direito da Suzano. **21. Planos de benefícios a empregados:** A Companhia e a Suzano oferecem a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir. **21.1. Planos de aposentadoria suplementar - Contribuição definida:** A Companhia e a Suzano possuem um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir. **21.1.1. Suzano Prev:** Em 2005, a Companhia e a Suzano instituíram o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida. Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1. As contribuições da Companhia e da Suzano ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS's, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2. A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia e a Suzano acompanharão as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e da Suzano e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário. O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia e da Suzano ocorrem somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$21.918 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$18.527 em 31 de dezembro de 2023). **21.2. Planos de benefícios definidos:** A Suzano oferece assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir. **21.2.1. Assistência médica:** A Companhia e a Suzano garantem cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade. Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e da Suzano, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e a Suzano asseguram o programa de assistência médica. Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado. **21.2.2. Seguro de vida:** A Companhia e a Suzano oferecem o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada. **21.2.3. Movimentação do passivo atuarial:** As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	833.683	691.424
Juros sobre passivo atuarial	73.853	67.272
Custo do serviço corrente	1.997	1.959
(Ganho)/perda atuarial - experiência	(125)	57.765
(Ganho)/perda atuarial - hipóteses econômicas	(137.649)	70.762
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(50.199)	(55.499)
Saldo no final do exercício	721.560	833.683

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas: As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Econômicas		
Taxa de desconto - plano médico e seguro de vida	11,16% a.a.	9,14% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,86% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos:	0 a 24 anos:
	1,50% a.a.	1,50% a.a.
	25 a 54 anos:	25 a 54 anos:
	2,50% a.a.	2,50% a.a.
	55 a 79 anos:	55 a 79 anos:
	4,50% a.a.	4,50% a.a.
	Acima de 80 anos:	Acima de 80 anos:
	2,50% a.a.	2,50% a.a.

	31/12/2024	31/12/2023
Biométricas		
Tábuas de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábuas de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.

Outras

Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	Homens 4 anos +	Homens 4 anos +
Permanência no plano	velhos e 90% casados	velhos e 90% casados
	100%	100%

21.2.5. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios demonstram o impacto no saldo consolidado:

	Taxa de desconto	Taxa de crescimento dos custos médicos
+0,50 %	691.494	+1,00 %
		788.124

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações: Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, são demonstrados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2025	53.601
2026	57.267
2027	60.995
2028	64.862
2029	68.645
2029 a 2034	397.704

22. Pagamento baseado em ações: A Suzano concede aos membros da diretoria estatutária e não estatutária, colaboradores-chave e os membros do Conselho de Administração ("Beneficiários") planos de incentivo de longo prazo baseados em ações, aprovados em Assembleia Geral com os objetivos de: (i) alinhar os interesses dos beneficiários aos interesses da Suzano e de seus acionistas, (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários a conduzirem os negócios da Suzano de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos acionistas, e (iii) conceder um incentivo financeiro aos beneficiários. Os planos concedidos pela Suzano são: (i) Plano de Outorga de Ações

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Fantasma ("Phantom Shares - PS"), liquidado em dinheiro e (ii) Plano de Outorga de Ações com Performance, liquidado em ações. As características e os critérios de mensuração de cada plano estão divulgados a seguir: **22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS"):** A quantidade de ações fantasmas a ser outorgada para cada beneficiário é calculada com base em montante financeiro. O beneficiário somente poderá exercer os direitos às ações fantasmas, uma vez cumprido o período de carência, com duração de até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano. A liquidação das ações fantasmas é efetuada em dinheiro, e o montante será calculado pela multiplicação da quantidade de ações outorgadas, pelo valor da ação mensurado com base na média da cotação dos últimos 90 (noventa) pregões. Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, têm os seus valores justos mensurados ao término de cada período. Caso os beneficiários deixem a Suzano, durante o período de carência, perderão o direito de exercer as ações fantasmas. A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Ano da outorga	Valor justo na outorga	Outorgadas/			Disponíveis		Carência a cumprir			
		31/12/2023	provisionadas	Canceladas	Exercidas (1)	31/12/2024	2025	2026	2027	2028
2019	R\$42,81	39.461	903		(40.364)					
2020	R\$38,36	984.160	22.525	(204.963)	(768.338)	33.384	33.384			
2021	R\$62,15	1.724.020	39.387	(66.231)	(822.696)	874.480	425.280	449.200		
2022	R\$57,54	3.686.722	84.207	(286.478)	(23.014)	3.461.437	3.113.607	324.611	23.219	
2023	R\$48,79	3.294.062	74.647	(283.548)	(32.982)	3.052.179	28.333	2.721.535	302.311	
2024	R\$56,52		2.759.878	(81.947)	(2.914)	2.675.017		2.893	2.467.693	204.431
Quantidade de opções de ações	9.728.425	2.981.547	(923.167)	(1.690.308)	10.096.497	458.664	3.591.140	3.049.039	2.793.223	204.431
Valor contábil	268.489	173.486		(80.001)	361.974					
Valor contábil do exercício anterior	162.117	154.318		(47.946)	268.489					

(1) O preço médio das ações exercidas entre o período de 01/10 a 31/12/2024 foi de R\$42,36 (quarenta e dois reais e trinta e seis centavos) (R\$58,07 (cinquenta e oito reais e sete centavos) entre o período de 01/10 a 31/12/2023). **22.2. Plano de ações restritas ("Ações com Performance"):** Cada ação com performance corresponde a 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Suzano, a ser entregue ao beneficiário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste plano. A obtenção dos direitos aos beneficiários está condicionada a: (i) permanência contínua dos beneficiários como administradores da Suzano durante o período de carência, (ii) atingimento das metas atribuídas nos programas e (iii) quaisquer outras condicionantes determinadas pelo Conselho de Administração em cada outorga realizada. O período de carência pode durar até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano. A quantidade de ações com performance a ser efetivamente entregue para cada beneficiário dependerá do atingimento das metas atreladas nos respectivos programas e contratos, e serão apuradas após o período de carência. Neste cálculo, também será considerado o Total Shareholder Return ("TSR"), que é um indicador utilizado para medir o desempenho das ações do grupo de empresas caracterizadas como competidoras da Suzano. Caso os beneficiários deixem a Suzano, antes do cumprimento das condições para a obtenção dos direitos, perderão o direito de exercer a opção das ações restritas. A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Ano da outorga	Valor justo na outorga	Outorgadas/			Término do período de lockup			
		31/12/2023	provisionadas	Exercidas	31/12/2024	2025	2026	2027
2021	R\$51,70	111.685	2.559	(114.244)				
2022	R\$53,81	113.161	2.639		115.800	115.800		
2023	R\$51,45	367.903	15.665		383.568		268.534	115.034
2024	R\$55,27		3.371.612	(890.869)	2.480.743	337.465	220.540	302.738
Quantidade de opções de ações	592.749	3.392.475	(1.005.113)	2.980.111	453.265	489.074	417.772	1.620.000
Valor contábil	26.744	81.276	(47.794)	60.226				
Valor contábil do exercício anterior	18.425	8.319		26.744				

23. Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas - consolidado

Combinação de negócios	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Facepa (1)	27.182	25.924
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") (2)	93.308	161.263
	120.490	187.187

Circulante	21.166	93.405
Não circulante	99.324	93.782

(1) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimento em março de 2028. (2) Em agosto de 2014, a Suzano adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do US\$ e parcialmente atualizada pelo IPCA. **24. Patrimônio líquido:** **24.1. Capital social:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$5.775.670, integralmente realizado e dividido em 691.709.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 300.136.584 ações ordinárias e 274.291.308 ações preferenciais classe A e 117.281.320 ações preferenciais classe B, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país (em 31 de dezembro de 2023 o capital era de R\$4.775.670, dividido em 345.854.606 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 150.068.292 ações ordinárias e 137.145.654 ações preferenciais classe A e 58.640.660 ações preferenciais classe B). A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2024 aprovou o aumento de capital mediante a capitalização de parte da Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital, no montante de R\$1.000.000, atribuindo-se aos Acionistas, a título de bonificação, 345.854.606 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 150.068.292 ações ordinárias, (b) 137.145.654 ações preferenciais classe A e (c) 58.640.660 ações preferenciais classe B, conforme descrito na nota 1.2.11. **24.2. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício. Em 23 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R\$657.327, conforme descrito na nota 1.2.10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2024
Resultado do exercício	3.949.227	3.949.227
Constituição de reserva legal - 5%	197.461	197.461
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	33.916	33.916
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.717.850	3.717.850
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	929.462	929.462
Dividendos antecipados	30.000	30.000
Juros sobre capital próprio	379.503	379.503
Reserva de lucros a realizar (i)	519.959	519.959
Resultado remanescente	2.788.388	2.788.388
Reserva para aumento de capital - 90%	2.509.549	2.509.549
Reserva estatutária especial - 10%	278.839	278.839

(i) A Companhia constitui a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios o menor. **24.3 Reservas:** **24.3.1 Reservas de capital:** A reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada. **24.3.2 Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$483.458 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$483.458. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$919.992 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$4.757.632. (iii) Estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$606.404 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$606.404. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são as subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$369.600 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$274.179. (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 1.340.824 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.340.824. O saldo acumulado de reserva de lucros não superou os limites estabelecidos no estatuto da Companhia. **24.4 Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano, e pelos

fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo. ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade. iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis. As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia e da Suzano que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas. Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão substancialmente localizados no Brasil.

28.2. Informações dos segmentos operacionais:

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Receita líquida	37.593.462	9.809.819	2.108	47.405.389
Mercado interno (Brasil)	2.295.258	7.278.586	2.108	9.575.952
Mercado externo	35.298.204	2.531.233		37.829.437
Ásia	15.760.800	24.767		15.785.567
Europa	11.895.394	355.784		12.251.178
América do Norte	6.965.731	914.234		7.879.965
América do Sul e Central	670.157	1.179.840		1.849.997
África	6.122	56.608		62.730

Custo dos Produtos				
Vendidos	(21.261.705)	(6.139.822)	(988)	(27.402.515)
EBITDA Ajustado	20.866.160	2.983.040	1.558	23.845.371
Ajustes ao EBITDA (*)				1.065.887
Depreciação, exaustão e amortização				(9.225.034)
Resultado financeiro				(28.841.246)

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(13.155.022)			(13.155.022)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(13.155.022)			(13.155.022)

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Receita líquida	30.677.265	9.078.310	4.864	39.760.439
Mercado interno (Brasil)	2.144.199	6.719.093	4.864	8.868.156
Mercado externo	28.533.066	2.359.217		30.892.283
Ásia	13.588.032	72.133		13.660.165
Europa	8.701.141	302.131		9.003.272
América do Norte	5.682.010	476.429		6.158.439
América do Sul e Central	558.601	1.437.181		1.995.782
África	3.282	71.343		74.625

Custo dos Produtos				
Vendidos	(19.694.674)	(5.382.001)	(1.834)	(25.078.509)
EBITDA Ajustado	15.194.660	3.078.310	2.262	18.270.243
Ajustes ao EBITDA (*)				1.264.428
Depreciação, exaustão e amortização				(7.322.100)
Resultado financeiro				5.748.948

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.961.519			17.961.519
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.961.519			17.961.519

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Receita líquida	30.677.265	9.078.310	4.864	39.760.439
Mercado interno (Brasil)	2.144.199	6.719.093	4.864	8.868.156
Mercado externo	28.533.066	2.359.217		30.892.283
Ásia	13.588.032	72.133		13.660.165
Europa	8.701.141	302.131		9.003.272
América do Norte	5.682.010	476.429		6.158.439
América do Sul e Central	558.601	1.437.181		1.995.782
África	3.282	71.343		74.625

Custo dos Produtos				
Vendidos	(19.694.674)	(5.382.001)	(1.834)	(25.078.509)
EBITDA Ajustado	15.194.660	3.078.310	2.262	18.270.243
Ajustes ao EBITDA (*)				1.264.428
Depreciação, exaustão e amortização				(7.322.100)
Resultado financeiro				5.748.948

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.961.519			17.961.519
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.961.519			17.961.519

(*) Ajustes ao EBITDA	1.431.532	1.989.831		3.421.363
Atualização do valor justo do ativo biológico				
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e ativo biológico	(169.284)	(232.143)		(401.427)
Reversão (provisão) na perda de crédito de ICMS	(130.726)	(348.628)		(479.354)
Outros (1)	(65.635)	(144.632)		(210.267)
	1.065.887	1.264.428		2.330.315

(1) Inclui itens com ajustes específicos, não caixa e excepcionais, como: i) baixa de inventário de madeira, ii) baixa de madeira em pilha, iii) créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, iv) doações para catástrofes e pandemias, v) equivalência patrimonial, vi) extinção da linha de negócio de embalagens, vii) multas e distrato de contratos, viii) gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios, e ix) perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento. **28.3. Receita líquida por produto:**

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Produtos	37.593.462	9.809.819	2.108	47.405.389
Celulose de mercado (1)	37.593.462	30.677.265		68.860.727
Papel para impressão e escrita (2)	8.478.489	7.567.320		16.045.809
Papel cartão	1.270.872	1.417.075		2.687.947
Outros	62.566	98.779		161.346
	47.405.389	39.760.439		87.165.828

(1) A receita líquida da celulose fluff representa 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,8% em 31 de dezembro de 2023). (2) A receita líquida de tissue representa 5,8% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (5,1% em 31 de dezembro de 2023). Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países, representando 36,92% e 16,08%,

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

realizar nas vendas da Suzano para suas controladas, que é ajustado nas demonstrações consolidadas, com reflexo em outros passivos circulantes (R\$1.176.662 em 31 de dezembro de 2024 e R\$(620.372) em 31 de dezembro de 2023). (3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos. (4) Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem. (5) No consolidado refere-se, substancialmente, à baixa de passivos contingentes assumidos no PPA da Fibria, conforme nota 20.1. **30. Cobertura de seguros - consolidado:** A Suzano mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$6.192.300. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$123.846 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Administração da Suzano considera esse valor suficiente para

cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes. A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Suzano não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas. A Suzano dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$60.000 e internacional no montante de US\$75.000, equivalente a R\$464.423, com vigência até novembro de 2025, com renovação prevista para um período de 18 meses. Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores. **31. Evento subsequente: Assinatura de contrato de pré-pagamento de exportação:** Em 21 de fevereiro de 2025, a Suzano concluiu a assinatura de contrato de pré-pagamento de exportação vinculado à sustentabilidade (sustainability-linked loan), contratado por sua subsidiária integral

Suzano International Finance B.V. ("Suzano Netherlands"), no montante total de principal de US\$ 1,2 bilhão (um bilhão e duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ao custo de SOFR + 1,45% a.a., com prazo médio de 60 meses e vencimento final em 8 de março de 2031. O recurso acima citado será utilizado, junto com o caixa da Suzano, na liquidação antecipada de principal de US\$ 1,5 bilhão (um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) do contrato de pré-pagamento de exportação divulgado no Comunicado ao Mercado de 11 de Fevereiro de 2021, cujo montante inicial era de US\$ 1,6 bilhão (um bilhão, quinhentos e setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ao custo original de Libor + 1,15% a.a., com prazo médio de 60 meses e vencimento final em 10 de março de 2027. O valor remanescente seguirá o cronograma original de vencimentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Thomaz Lobo Sonder Presidente	Antonio de Souza Corrêa Meyer Vice-Presidente
Marcos Sampaio de Almeida Prado Conselheiro	Geraldo José Carbone Conselheiro
	Alan Terpins Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer Diretor Presidente	Isabel Cotta Fernandino de França Leme Diretora	Gabriela Feffer Moll Diretora
Marcel Paes de Almeida Piccinno Diretor e Diretor de Relações com Investidores		

CONTADOR - Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-0

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê: O CAE da Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em dezembro de 2019. O CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. A maioria dos membros são independentes, sendo que ao menos um deles integra também o Conselho de Administração da Suzano Holding. Dentre os membros do CAE, o Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, atua como coordenador e o Sr. José Carlos Garbes, como especialista financeiro. De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano Holding, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais

de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão limitada dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios descritos acima. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 18 de março de 2025, contendo opinião sem ressalvas. Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pela Diretora Jurídica. **Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário:** O CAE se reuniu 6 (seis) vezes no período de janeiro a dezembro de 2024. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos: (i) Recomendação para aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Exame das informações trimestrais da companhia nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024; (iii) Monitoramento da execução dos planos de remediação das recomendações indicadas na Carta de Recomendações dos auditores independentes; (iv)

Monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia; e (v) Acompanhamento do andamento dos trabalhos aprovados no plano de auditoria, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance. **Conclusão:** Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendamos, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 18 de março de 2025

Marcos Sampaio de Almeida Prado Coordenador	Orlando de Souza Dias Membro
José Carlos Garbes Especialista Financeiro	

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no § 1º, inciso VII do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do CAE, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Coordenador

São Paulo, 18 de março de 2025
José Carlos Garbes
Especialista Financeiro

Orlando de Souza Dias
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

David Feffer
Diretor Presidente

Marcel Paes de Almeida Piccinno
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Isabel Cotta Fernandino de França Leme
Diretora

Gabriela Feffer Moll
Diretora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Suzano Holding S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.15 e 13)

Os ativos biológicos da controlada Suzano S.A. correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, menos as despesas de venda necessárias para colocar o ativo em condições de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2024, esses valores eram de R\$ 22.283.001 mil (consolidado). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e, principalmente, o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões. Este é um assunto que permanece sob atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e a totalidade e acuracidade dos dados utilizados no cálculo.

Com apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos e internos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo.

Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados.

Availamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil foram atendidos.

Porque é um PAA

Passivos judiciais tributários, previdenciários e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (Notas 3.2.19, 3.2.22 e 20)

As controladas da Companhia são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Especialmente nos casos de natureza tributária, previdenciária e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, tratamos de divergências na interpretação de leis, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, no montante de R\$ 2.335.662 mil (consolidado), líquido dos depósitos judiciais, e divulga aqueles considerados como incertos, com risco de materialização não provável, no montante de R\$ 9.837.082 mil (consolidado).

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolve julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração. Por essa razão, mantivemos esse tema como uma área de foco de nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relações com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Vinícius Fumo
Contador - CRC 1SP256197/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>